



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 34ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo: 00432889720198172001**

**MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LAUDEMIR SOARES FERREIRA DE ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

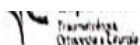
#### **DO MÉRITO**

#### **DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO**

#### **LESÃO PREEXISTENTE**

Deve-se sopesar, ainda, o fato de o autor ter pleiteado administrativamente verba indenizatória relativa ao seguro DPVAT, cujo processo administrativo foi regulado sob o nº. 3190136060 em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 27/10/2018 e o mesmo fora NEGADO pelos motivos a expor:

Frisa-se, que a parte autora recebeu indenização relativa ao Seguro Obrigatório DPVAT, após ter sido apurada em perícia administrativa, invalidez com repercussão de 25% DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, onde recebeu administrativamente o valor de R\$ 2.362,50(dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) em decorrência de acidente automobilístico ocorrido no dia 26.11.2016, este que ainda tramita perante a 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES / PE SOB O NÚMERO 00128886920178172810.



## FORMULÁRIO EMERGÊNCIA CLÍNICA

Página 1 de 1

ULTRA SOM SERVICOS MEDICOS LTDA - HE

19/11/2018 12:04

Paciente: LAUDEMIR SOARES FERREIRA DE ARAUJO Dt. Nasc.: 11/09/1977 Atendimento: 16595059 Prontuário: 7601250  
Convênio: HAPVIDA Posto: POSTO EMERGENCIA - HE Leito: 300216/7

Profissional(is): ORLANDO FRADE DE MELO JUNIOR CRM 021264 [1] Nº: 11007465 27/10/2018 às 17:22

## ANAMNESE

Queixa Principal

PACIENTE COM HISTÓRIA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO HÁ CERCA DE 01 HORA, REFERINDO DOR EM JOELHO ESQUERDO (ESCORIAÇÃO) E TORNOZELO ESQUERDO. NEGA SINCOPES. NEGA EPISÓDIOS EMÉTICOS. NEGA OUTRAS QUEIXAS. NEGA ALERGIAS. ORIENTO PARA CUIDADOS, SINAIS DE ALERTA E REAVALIAÇÃO.

[1]

Queixa Principal

CID10

V22 MOTOCICL TRAUM COLIS VEIC MOTOR 2 3 RODAS

[1]

## DOCUMENTOS ACIDENTE 26.11.2016

## BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:

12/05/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

2.362,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: LAUDEMIR SOARES FERREIRA DE ARAUJO

BANCO: 033

AGÊNCIA: 03116

CONTA: 000001061656-4

Nr. da Autenticação C841704F33C414DE

# Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: 3170118106 - 2  
Nome do(a) Examinado(a): LAUDEMIR SOARES FERREIRA DE ARAUJO  
Endereço do(a) Examinado(a): RUA DOUTOR LUIS RIGUEIRA nº 386 - PRAZERES - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE  
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: RG 4527669  
Data local do exame: 10/05/2017 RECIFE/PE

## Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

*Fratura de plateau tibial joelho esquerdo*

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

*Tratamento cirúrgico com osteossíntese com placa e parafusos - alta médica - evoluiu sem intercorrências - apresenta limitação da flexão de joelho e claudicação leve*

III. Existe seqüela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

Existindo seqüela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

*Deficit funcional leve do membro inferior esquerdo*

IV. Segundo o previsto no inciso II, 1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(\*)

☐ Vítima em tratamento

☐ Sem seqüela permanente

*Esta avaliação médica deve ser repetida em \_\_\_\_\_ dias*

*Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica*

☐ Exame não permite conclusão

*Vide motivo do impedimento no campo das observações*

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

**MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**

☐ 10% ☒ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinalar a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(\*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

**NOTA DO REVISOR – MANTIDO ENQUADRAMENTO EM MEMBRO DEVIDO A REPERCUSSÃO NA MARCHA -**

Local e data de realização do exame médico legal:

PE - RECIFE, 10/05/2017

Médico Perito: MARIA DE FATIMA FURTADO VELOSO DE MELO CRM:52.49515-5/RJ

*Dra. Fatima Furtado Melo*  
Médica Perita  
CRM-RJ - 52.49515-5  
Cadastro Nacional

**DADOS DO SINISTRO**

Número: 3170118106 Cidade: Paulista Natureza: Invalidez Permanente  
Vítima: LAUDEMIR SOARES FERREIRA DE ARAUJO Data do acidente: 26/11/2016 Seguradora: Sabemi Seguradora S/A

**PARECER**

Diagnóstico: Fratura de plateau tibial joelho esquerdo.  
Descrição do exame médico pericial: Deficit funcional leve do membro inferior esquerdo.  
Resultados terapêuticos: Tratamento cirúrgico com osteossíntese com placa e parafusos - alta médica - evoluiu sem intercorrências - apresenta limitação da flexão de joelho e claudicação leve.  
Sequelas permanentes: APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.  
Sequelas: Com sequela  
Data da perícia: 10/05/2017  
Conduta mantida:  
Observações: NOTA DO REVISOR - MANTIDO ENQUADRAMENTO EM MEMBRO DEVIDO A REPERCUSSÃO NA MARCHA -  
Médico examinador: MARIA DE FÁTIMA FURTADO VELOSO DE MELO  
CRM do médico: 52.49515-5  
UF do CRM do médico: RJ

**DANOS**

Ocorre que o ilustre perito apura a presença de lesão no tornozelo esquerdo com repercussão média (50%), todavia, tal segmento faz parte do membro inferior esquerdo, já indenizado, conforme explanado acima.

Constata-se, assim, que a lesão apurada no presente laudo pericial trata-se de lesão preexistente, já indenizada, não havendo, portanto, nexo de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a indenização já paga deverá ser considerado para fins de abatimento em caso de eventual condenação nestes autos, devendo ser julgados improcedentes os pedidos.

**DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE****AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS MÉDICOS CONCLUSIVOS**

A Lei que regula a indenização pleiteado pelo Autor é a Lei n.º 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92 e 11.482/07. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

O autor apresentou sua tese de maneira simplista, pois segundo ela, bastaria informar ao juízo que a fora acometida de acidente automobilístico e sofre com dores em decorrência do sinistro.

Contrapartida, verifica-se na presente demanda que não há qualquer documento corroborando a suposta invalidez permanente, o autor não demonstra qualquer tratamento médico ou qualquer acompanhamento, fisioterapia o qual atestasse que o membro não exerceria a função da mesma forma natural.

Desta forma, sempre que um problema jurídico vai ter na indagação ou na pesquisa da causa, desponta a sua complexidade maior.

Mesmo que haja culpa e dano, não existe obrigação de reparar, se entre ambos não se estabelecer a relação causal.

Portanto, como não há nexos causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, I, da Lei Processual Civil.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 31 de março de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**